

Boletim CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – abril de 2010



XIII Marcha: mais uma mobilização histórica

Em maio, Brasília receberá, mais uma vez, milhares de gestores municipais no maior evento municipalista da América Latina. A *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), conta anualmente com a participação de prefeitos, vereadores e secretários municipais de todo o País, além de diversas autoridades públicas e, nos últimos anos, a maioria dos integrantes do governo federal.

Este ano, na 13ª edição do evento, os debates de maior impacto serão sobre a Saúde e a partilha dos *Royalties* do pré-sal. No entanto, para obter os resultados esperados – avançar em

mais esta conquista que reflete em todos os Municípios –, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, convoca todos os representantes municipais para o evento.

Nesta edição do *Boletim CNM*, Ziulkoski fala sobre a importância da Marcha. Também uma reportagem da série ações de Municípios para promover a Inclusão Digital, uma matéria especial de Agricultura, que mostra dados inéditos sobre o desenvolvimento rural no País e a relação de algumas das conquistas alcançadas pela CNM e o movimento municipalista. Estas e outras informações podem ser acompanhadas nas páginas a seguir.

Página 2

Inclusão Digital

Município baiano cria unidade móvel de Internet

Páginas 6 e 7

Pré-sal

CNM apresenta nova emenda no Senado

Página 12

Começar de Novo

CNM e CNJ assinam acordo de cooperação

Inclusão Digital

Feira de Santana (BA) leva, dentro de um ônibus, Internet grátis à população

Moradores de Feira de Santana (BA) podem ter acesso gratuito à Internet dentro de um ônibus que percorre todos os bairros e distritos locais, inclusive da zona rural. A novidade faz parte de uma série de projetos, nomeada de *FeiraDigital*, que pretende incluir os munícipes na era digital.

Equipados com tela LCD, antenas de sinal da Internet, elevador para portadores de necessidades especiais, ar-condicionado e geradores de energia, o ônibus é a grande promessa para este ano. Além de cursos, acesso a sites de educação e notícias, os veículos devem levar também o atendimento de bancos a lugares que ainda não foi possível a chegada de energia elétrica.

O uso, de acordo com o coordenador do *FeiraDigital*, César Orrico, é prioritamente educacional. “O ônibus não vai ser nunca transformado em *lan house*. Sites pornográficos, por exemplo, não podem ser acessados aqui”, destaca.

O custo inicial do ônibus digital foi de R\$ 300 mil – contando com toda a adaptação. Com um motorista e dois funcionários capacitados para o atendimento aos usuários, a prefeitura deve gastar R\$ 5 mil por mês. “Um custo muito baixo em relação ao que a gente pode fazer”, acredita o secretário de Fazenda de Feira de Santana, Wagner dos Santos.

Depois da inauguração, o ônibus foi levado à feira de livros e a um estacionamento de *shopping center*. “Vai ser possível também consultar e imprimir os boletos de impostos. Uma comodidade no atendimento aos contribuintes”, lembra Wagner.

A prefeitura quer colocar nas ruas mais quatro ônibus nos próximos anos de administração. “O segundo está previsto ainda para este ano”, assegura o coordenador César.

A capacitação dos servidores para este trabalho deve ser feita por meio de uma cooperação entre o Município e uma empresa internacional do ramo da informática. É exatamente o treinamento dos funcionários uma das questões mais importantes destacada pelo Portal Municipal da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Questionado sobre o objetivo do ônibus, César resume: “Socializar essa grande ferramenta que é a Internet e fazer com que as pessoas conheçam mais o mundo, tenham mais informação”. Ele assegura que a prefeitura pretende dar foco nas classes C e D.



Prof. de Feira de Santana (BA)



Expansão – Segundo relatos dos gestores, em pouco tempo, o veículo informatizado é sensação e, por isso, o investimento deve multipli-

Receita de sucesso – Além do ônibus digital, Feira de Santana é o primeiro Município baiano a oferecer Internet gratuita aos moradores e fazer da Inclusão Digital um instrumento para alcançar a igualdade social. Esses projetos são o diferencial no governo do prefeito Tarcízio Pimenta. Feira de Santana tem mais de 600 mil habitantes, e os projetos atendem a quase metade da população.

Para ter acesso à rede mundial de computadores, os feirenses precisam apenas comprar um kit com antena e cabos para os sinais via rádio. Projetos com tecnologias digitais funcionam também nas áreas de Saúde e Educação do Município. Um modelo a ser seguido por outros gestores, segundo a CNM.

Confira notícias sobre os projetos no site do FeiraDigital:
www.feiradigital.ba.gov.br

Movimento municipalista

XIII Marcha é a agenda prioritária em maio



A XIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios ocorre nos dias 18 e 19 de maio em Brasília. A Confederação Nacional de Municípios (CNM), as entidades estaduais e regionais de Municípios, gestores municipais e vereadores de todo o País se reúnem mais uma vez na Capital Federal para apresentar ao governo federal e ao Congresso Nacional as principais prioridades dos Municípios brasileiros e mostrar a força do movimento municipalista. O presidente Lula estará presente.

Liderado pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, o evento este ano prevê debates, painéis temáticos sobre os problemas comuns enfrentados nos Municípios. “Sempre que se reúne em Brasília, na Marcha, se consegue avançar em algumas questões”, lembra o representante municipalista (*leia matéria das conquistas nas páginas 4 e 5*).

Um dos temas que volta na pauta do evento este ano, é a Saúde Pública. Sobre o desfecho das reivindicações não atendidas desta essencial deliberação, Ziulkoski se enche de ânimo e encoraja os prefeitos brasileiros: “É um processo. Tem de ter persistência e visão”. Ele completa: “Tem de ter paciência, conhecimento, convencimento, mobilização e pressão. É dessa forma que as reivindicações vão andando”.

Diante da real situação vivida nos Municípios, Ziulkoski enfatiza a importância de os gestores saírem de seus Estados e vir a Brasília para o encontro. “Vamos mostrar, mais uma vez, a indiscutível importância dos Municípios, uma vez que é neles que nascemos, trabalhamos e criamos nossas famílias”, disse.

“Vamos continuar na luta pela construção de um municipalismo que mantenha a defesa intransigente dos direitos do cidadão em sua justa demanda por Saúde, Educação, Emprego, Cultura, Transporte Público digno; de uma moradia com respeito e dignidade. Enfim, uma comunidade humanizada, voltada para a cidadania. São esses os nossos desafios”, ponderou o presidente da CNM.

Também está prevista na programação do evento a terceira edição do prêmio *Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros (IRFS)*, além da cerimônia que faz uma homenagem às gestões mais eficientes – com base em um levantamento da CNM – e das discussões dos assuntos que envolvem diretamente os Municípios, como, por exemplo, Desenvolvimento Social e Urbano, Meio Ambiente, Previdência, Agricultura, Cultura e Turismo.

Outro destaque será a presença dos candidatos à Presidência da República. Foram convidados a ex-ministra Dilma Roussef (PT), o ex-governador José Serra (PSDB), a senadora Marina Silva (PV) e o deputado Ciro Gomes (PSB). A participação está prevista para a quarta-feira, 19 de maio. Todos deverão tratar de temas previamente indicados pela CNM.

Apesar de ter dois dias de programação oficial, atividades com gestores estão programadas para todo o período da Marcha. “Construir um municipalismo que mantenha a defesa intransigente dos direitos dos Municípios e do cidadão continua dominando os objetivos da mobilização organizada pela Confederação Nacional de Municípios”, atesta o presidente da CNM.

Inclusão Digital

Conheça alguns resultados das lutas da CNM

Ao longo dos últimos anos, muitas foram as lutas desenvolvidas e as conquistas alcançadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Sempre em companhia de seus entes municipais filiados. Muitas continuam na ordem do dia como a de mudança no Pacto Federativo, aprovação da Emenda Constitucional 29 da Saúde – parada na Câmara há mais de dois anos – e, mais recentemente, a de distribuição dos *Royalties* e participação especial do petróleo.

Vitória recente – Um total de 1.177 Municípios passou a receber, a partir de 12 de abril, a diferença de R\$ 58,931 milhões referente aos valores do Imposto Territorial Rural (ITR) de 2009. O depósito é resultado do trabalho da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que, no mês de março, identificou a falha e reuniu-se com a Receita Federal do Brasil (RFB) para tratar do assunto.

Durante a reunião, no dia 24 de março, solicitada pelo presidente Paulo Ziulkoski, a equipe técnica de Finanças da entidade comprovou a diferença de valores. A Secretaria da Receita reconheceu o problema e afirmou que os repasses seriam autorizados depois de trâmites administrativos. Na quinta-feira, 8 de abril, a CNM recebeu da coordenação-geral da RFB a relação dos Municípios e os valores dos créditos a receber. Além dos repasses no dia 12, alguns Municípios também receberão recursos na outra semana, 19 de abril, o equivalente a mais R\$ 34 mil. A relação dos Municípios está no *site* da CNM.

Pacto Federativo – Na ótica da CNM e do Movimento Municipalista este continua sendo um tema urgente. “Deve nascer de um amplo debate com a participação dos diferentes níveis de governo e do Congresso Nacional para definir as atribuições de cada ente federado e a origem dos recursos necessários”, defende Ziulkoski.

Na opinião do presidente da CNM, o regime de cooperação entre as esferas de governo precisa ser claro para fortalecer o Pacto Federativo com repartição de competências, divisão de encargos e aprovação de leis, pelo Congresso Nacional, repassando ou criando novas ações para os Municípios com a consequente indicação de fontes para mantê-las.

Vigilância necessária – Este é um dos motivos que faz a CNM manter um esquema permanente e atento para acompanhar propostas e mudanças sugeridas pelo governo federal e o Congresso Nacional. “Muitos temas e propostas interferem na realidade dos Municípios sem o necessário estudo de suas consequências”, lamenta. Esta ação objetiva das equipes técnicas da CNM apura de forma objetiva se houve avanços ou retrocessos em relação aos encargos e recursos atribuídos aos Municípios para o atendimento às demandas de seus cidadãos.

Confira algumas das lutas vitoriosas da CNM e dos entes municipais:

• Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

A Emenda Constitucional nº 42/2003 destinou aos Municípios 7,25% do montante total da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), correspondendo a 25% da parte destinada aos Estados. Esse percentual representa cerca de R\$ 520 milhões anuais para os Municípios. Os recursos da Cide devem ser destinados à melhoria das condições de transporte dos Municípios.

• Imposto sobre Serviços – ISS

A atuação da CNM foi também uma garantia para a manutenção da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) com os Municípios, além da ampliação da lista de serviços tributados por ele. O ISS é o principal gerador de arrecadação tributária para os cofres municipais. A medida foi consolidada pela sanção da Lei Complementar nº 116/2003.

• Imposto Territorial Rural – ITR

A transferência de 100% do ITR para os Municípios que optarem pela cobrança e fiscalização desse imposto. O texto promulgado na EC 42/2003 mantém o tributo de competência da União, mas permite que os Municípios ampliem sua participação de 50% para 100%. Essa possibilidade foi regulamentada pela Lei nº 11.250/2005.

• Transporte Escolar

A aprovação da Lei nº 10.709/2003 estabeleceu que cada ente federado passe a assumir a responsabilidade pelo transporte de seus alunos, dando maior poder de barganha para os Municípios negociarem com os governadores o ressarcimento das despesas efetuadas com alunos das redes estaduais. A aprovação da Lei nº 10.880/2004 instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), originada pela Medida Provisória nº 173, assinada pelo presidente da República na *VII Marcha a Brasília*. Com isso, foi destinado aos Municípios cerca de R\$ 400 milhões por ano para auxílio no custeio das despesas com transporte escolar. A ação da CNM também garantiu, em 2009, a liberação de recursos por meio de transferência voluntária para os ônibus do programa Caminho da Escola.



• Merenda Escolar

Esta foi uma luta de pelo menos 10 anos de reivindicações junto ao governo federal. Em 2004, o valor aluno/dia transferido pela União aos Municípios foi ampliado de R\$ 0,13 para R\$ 0,15. Em 2005, o valor já foi elevado para R\$ 0,18, e a CNM obteve também o compromisso de que esse valor seria aumentado para R\$ 0,25 em 2006. Agora, em janeiro de 2010, o valor repassado aumentou para 0,30 e R\$ 0,66 para indígenas, quilombolas e creches.

• Repasse direto do Salário-Educação

Também foi fruto de iniciativa do movimento municipalista liderado pela CNM junto ao Senado Federal, apoiada pelo senador Álvaro Dias (PR), que apresentou o projeto em 2001. A aprovação do PL 475, em 19/11/2003, foi uma das vitórias de 2003. Sancionada em 30/12/2003 transformou-se na Lei 10.832/2003 e garantiu que os recursos do salário-educação chegassem efetivamente ao Município, evitando o passeio do dinheiro pelos cofres dos Estados. Igualmente merece destaque a mudança nos pesos de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) nas creches de tempo integral e rural, o que representou mais recursos para sua manutenção pelos Municípios.



Agência CNM

• Alteração da alíquota da Cofins

Em 1999, quando foi ampliada a alíquota da Cofins de 2% para 3%, a atuação da CNM evitou que esse aumento fosse compensado no imposto de renda, o que iria corroer a base de cálculo do FPM em cerca de R\$ 900 milhões – valores nominais da época. Essa seria uma perda que significaria o equivalente a 70% de um mês de FPM em cada Município.



Agência CNM

• O fim da compensação da Cofins no IPI

As empresas compensavam até R\$ 4 bilhões do pagamento da Cofins no IPI, o que corria à base de cálculo do FPM. O fim dessa possibilidade a partir de 2004 aumentou em cerca de R\$ 900 milhões o FPM.

• Iluminação Pública

Foi em dezembro de 2002 que o movimento municipalista, liderado pela CNM e com o apoio decisivo das entidades estaduais, obteve grande vitória no Congresso Nacional. Após mais de dez anos de exaustivo debate, foi criada uma fonte de custeio para o serviço de iluminação pública. Esse serviço prestado exclusivamente pelos Municípios chegava a representar uma despesa em torno de 3% a 5% do orçamento.

• Programa de Parcelamento Especial de Débitos – Paes

Em meados de 2005, foi verificado que os recursos arrecadados pela União com o programa de Parcelamento Especial de Débitos – Paes não constavam da base de cálculo do FPM. Foi feita denúncia ao TCU que determinou a regularização da situação. Essa regularização chegou em dezembro de 2005 e representou um repasse extra de cerca de 25% de um mês de FPM para os Municípios.

• Outras medidas

Na série de conquistas é preciso destacar a regulamentação dos consórcios públicos por meio da Lei nº 11.107/2005; a possibilidade de o Município utilizar a modalidade de licitação conhecida como pregão eletrônico por meio da Lei nº 10.520/2002; a possibilidade de o Município sacar até 70% dos depósitos judiciais decorrentes de tributos por meio da Lei nº 10.819/2003; a Lei 9.827/1999, que permite ao Município explorar minerais a serem utilizadas em obras públicas; e a possibilidade de os Municípios com menos de mil servidores manterem regimes próprios de previdência com a alteração da portaria nº 4.992/1999 do Ministério da Previdência.

- **AFM** – Nas conquistas de 2009, é preciso destacar ainda a concessão do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) pelo governo por solicitação da CNM para repor as perdas dos Municípios causadas pela crise econômica e as desonerações tributárias no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda. O AFM somou R\$ 2,3 bilhões.
- **Parcelamento** – Outro destaque do ano passado: Lei nº 11.960/2009, que trata do parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Foi resultado de uma intensa ação desenvolvida pela CNM junto ao Senado federal desde o início de 2009.

Pré-sal

Royalties: Ziulkoski esclarece dúvidas sobre



Agência CNM

Na quarta-feira, 24 de março, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentou aos senadores uma proposta de emenda que busca conciliar os interesses de Estados e Municípios em relação à polêmica proposta que se estabeleceu sobre a questão da partilha dos *Royalties* do petróleo entre os entes federados.

“Os argumentos utilizados nas reações e críticas à emenda não são verdadeiros. Eles indicam falta de compreensão sobre o assunto, que reconhecemos ser complexo”, explica o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski. A intenção da CNM é contribuir para sanar as dúvidas existentes sobre o assunto e mostrar a preocupação da entidade com a construção de um Pacto Federativo mais justo para todos.

Diante desse quadro, a CNM decidiu esclarecer alguns pontos que foram questionados:

a) “Os Municípios e o Estado do Rio de Janeiro perderão recursos”: não é verdade. A proposta construída pela CNM mantém as atuais regras de distribuição dos *Royalties* e altera apenas a distribuição dos recursos das chamadas participações especiais. Isso reduz o número de Municípios que “perderiam” recursos, de 173 para 5, e também o número de Estados, dois: Espírito Santo e Rio de Janeiro. Para evitar esse prejuízo, a emenda da CNM prevê que a União complementarizará a diferença nesses entes até 2014, quando os novos recursos dos *Royalties* já estarão cobrindo essa diferença.

b) “Desrespeito aos contratos em vigor”: não é verdade. Nenhuma pro-

posta apresentada no Congresso até o momento promove qualquer alteração nos contratos firmados entre as empresas produtoras de petróleo e a União, por meio da Agência Nacional de Petróleo (ANP), ou seja, o valor a ser pago pelas empresas permanece exatamente o mesmo.

A distribuição da arrecadação em questão entre os entes federados não é regulada por contrato específico e, sim, por legislação vigente. A Constituição no artigo 20, § 1º, garante aos Estados e aos Municípios participação no resultado da exploração de petróleo, mas em nada impede que a repartição entre os entes seja alterada.

c) “A emenda está retirando a compensação pelos impactos que ocorrem nos Estados e Municípios produtores”: não é verdade. A emenda da CNM não altera as regras vigentes para redistribuição dos *Royalties* já distribuídos aos Estados e Municípios. São os *Royalties* que, por conceito, têm o papel de realizar tais compensações. A emenda da CNM altera apenas as repartições das participações especiais, pois elas representam uma tributação sobre o lucro das empresas sobre os poços de petróleo mais rentáveis.

Isso se equivale ao Imposto de Renda (IR) e é importante ressaltar que o IR é base de cálculo da atual redistribuição para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Assim, na verdade, é a regra vigente que está retirando recursos que, por definição constitucional, já pertenceriam a todos os Estados e Municípios.

d) “Inconstitucionalidade do FPE”: não é verdade. Argumenta-se que a

A emenda da CNM encaminhada ao Senado

proposta de distribuição dos recursos constantes da emenda entre os Estados está baseada em um critério inconstitucional. A emenda da CNM não cria nenhum novo critério e afirma apenas que se utilizem as regras vigentes para o FPE previstas na Constituição Federal. A decisão do STF – que declarou que a lei atual regulamentadora do FPE deve ser revista pelo Congresso em até três anos – não afeta a emenda da CNM. Quando o Congresso estabelecer as novas regras, automaticamente, a lei se aplicará à redistribuição das participações especiais.

e) “Confusão entre *Royalties* e Participação Especial”: conforme a CNM já salientou, as regras sobre o pagamento dos tributos incidentes sobre a produção de Petróleo são complexas, mas podem ser separadas em dois grandes grupos.

Primeiramente, *Royalties* é o termo utilizado para designar a importância paga ao detentor ou proprietário ou um território, recurso natural,

produto, marca, patente de produto, processo de produção, ou obra original, pelos direitos de exploração, uso, distribuição ou comercialização do referido produto ou tecnologia.

Já as Participações Especiais, ao contrário dos *Royalties*, não têm uma tradição ou conceito internacional definido, mas apenas a definição estabelecida pela Lei do Petróleo de 1997. Ela estabelece a cobrança de uma alíquota extra sobre a exploração de petróleo em poços muito rentáveis, ou seja, um tributo sobre o lucro das empresas que exploram petróleo; o equivalente à definição clássica do Imposto de Renda, que por sinal é base de cálculo do FPM e do FPE.

Com a proposta de redistribuir somente as participações especiais, a CNM está promovendo uma redistribuição de cerca de R\$ 5 bilhões que, hoje, se encontram concentrados em apenas 16 Municípios e cinco Estados da Federação e passarão a ser distribuídos para todos os 5.563 Municípios e todos os Estados.

Senadores já firmaram apoio à proposta da CNM

A emenda propõe a permanência dos atuais mecanismos de distribuição dos *Royalties* entre a União, os Estados e os Municípios. Com a mudança, outro sistema, o de participações especiais, entrou nas discussões. Instituídas pela Lei do Petróleo em 1997, essas participações são um espécie de tributação feita sobre os lucros das empresas exploradoras de poços altamente produtivos.

A CNM propôs a redistribuição desses valores porque em 2009, por exemplo, eles chegaram a uma cifra próxima à dos *Royalties*: segunda a Agência Nacional do Petróleo (ANP), as participações especiais renderam R\$ 4,2 bilhões, e o *Royalties*, R\$ 5 bilhões. Mas esse montante foi distribuído a apenas 29 Municípios, em cinco Estados, mais uma amostra da distribuição desigual dos recursos do petróleo.

De acordo com a proposta, as participações especiais seriam distribuídas da seguinte maneira: 50% para a União, e os outros 50% divididos entre Estados e Municípios via Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

“A logística de pagamento das participações especiais é semelhante à do Imposto de Renda (IR). Nada mais justo que esses valores sejam distribuídos por meio do FPE e do FPM, já que o IR é uma das bases que compõem os dois tributos”, destaca o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

A emenda da CNM foi apresentada pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS). Os quatro projetos para criar um marco regulatório para exploração do petróleo da camada pré-sal, já aprovados pela Câmara, agora tramitam no Senado Federal.

Senadores favoráveis à emenda

1. Álvaro Dias (PSDB-PR);
2. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE);
3. Arthur Virgílio (PSDB-AM);
4. Augusto Botelho (PT-RR);
5. César Borges (PR-BA);
6. Cícero Lucena (PSDB-PB);
7. Cristovam Buarque (PDT-DF);
8. Eduardo Azeredo (PSDB-MG);
9. Flexa Ribeiro (PSDB-PA);
10. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN);
11. Geovani Borges (PMDB-AP);
12. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC);
13. Ideli Salvatti (PT-SC);
14. Inácio Arruda (PCdoB-CE);
15. João Ribeiro (PR-TO);
16. José Nery (Psol-PA);
17. Mão Santa (PSC-PI);
18. Marisa Serrano (PSDB-MS);
19. Neuto De Conto (PMDB-SC);
20. Osmar Dias (PDT-PR);
21. Papaléo Paes (PDSB-AP);
22. Paulo Paim (PT-RS);
23. Pedro Simon (PMDB-RS);
24. Roberto Cavalcanti (PRB-PB);
25. Rosalba Ciarlini (DEM-RN);
26. Sérgio Zambiasi (PTB-RS);
27. Serys Slhessarenko (PT-MT);
28. Valdir Raupp (PMDB-RO);
29. Valter Pereira (PMDB-MS);
30. Welligton Salgado (PMDB-MG).

Gestão Municipal

CNM orienta gestores municipais para uma melhor administração pública

Durante os meses de março e abril, gestores municipais visitaram a sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e foram orientados pelos técnicos da entidade. Dos diversos assuntos debatidos, destacam-se a questão dos *Royalties* do pré-sal e o desenvolvimento dos Municípios.

Com o auxílio do setor Institucional da CNM, gestores municipais são re-

cepcionados e direcionados aos técnicos relacionados ao assunto a ser esclarecido. As áreas técnicas mais procuradas pelos gestores neste período foram: Finanças, Previdência Social, Cultura, Turismo, Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Jurídico. A maioria dos prefeitos confirmou presença na *XIII Marcha a Brasília*, em maio.



Fotos: Agência CNM

- Foto 1 – Prefeito de Curralinho (PA), Miguel Pedro Pureza
- Foto 2 – Prefeito de Itabaiana (SE), Luciano Bispo de Lima (ao centro)
- Foto 3 – Prefeita de Lagoa de Dentro (PB), Sueli Madruga Freire
- Foto 4 – Prefeito de Paraibano (MA), Sebastião Pereira de Sousa, e o chefe de gabinete, Ferdinan Vieira Guimarães
- Foto 5 – Prefeito de São José do Rio Pardo (SP), João Luís Soares, acompanhado do vice-prefeito José Zanette
- Foto 6 – Prefeito de Piritiba (BA), Carlos Alberto Santos
- Foto 7 – Prefeito de Poço-Branco (RN), José Maurício de Menezes
- Foto 8 – Prefeito de Bom Jesus do Tocantins (PA), Sidney Moreira
- Foto 9 – Prefeito de Forquethinha (RS), Waldemar Laurido Richter
- Foto 10 – Prefeito de Colônia Leopoldina (AL), Cássio de Amorim
- Foto 11 – Prefeito de Porto da Folha (SE), Manoel Gomes de Freitas
- Foto 12 – Prefeito de Vitória do Xingú (PA), Liberalino Neto
- Foto 13 – Prefeito de Taquaritinga do Norte (PE), José de Araújo, acompanhado de secretárias municipais
- Foto 14 – Prefeito de Conde (PB), Aluísio Reges
- Foto 15 – Prefeito de São Salvador do Tocantins, Denival da Cruz (verde)
- Foto 16 – Prefeita de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), Maura Macieirinha, e o assessor, Wilson Antônio Bibiano

- Foto 17 – Prefeitos pernambucanos de Jataúba, Carlos Lucinaldo Santos; de Nazaré da Mata, Egrinaldo Floriano Coutinho; de Casinhas, João Barbosa Neto; e de São Vicente Ferrer, Pedro Augusto
- Foto 18 – Prefeito de Fagundes (PB), Gilberto Dantas
- Foto 19 – Prefeito de São Jerônimo (RS), Marcelo Luiz Schreinert
- Foto 20 – Prefeito de Frei Paulo (SE), José Arinaldo Filho
- Foto 21 – Prefeito e vice-prefeito de Cortês (PE), José Genivaldo e Isaldo Cabral
- Foto 22 – Prefeito de Mirador (PR), Luiz Wessler
- Foto 23 – Prefeito de Aguiar (PB), Manoel Batista
- Foto 24 – Prefeitos de Erebangó (RS), Valmor José Tomelero; de Severiano de Almeida (RS), Ademir José Basso; e de Mariano Moro (RS), Ivan Marcos Devenski
- Foto 25 – Prefeito de Indaial (SC), Sérgio Almir dos Santos, acompanhado do secretário de Articulação e Comunicação, Márcio Ferrari
- Foto 26 – Prefeito de Caridade (CE), Francisco Júnior Lopes Tavares
- Foto 27 – Representante da South African Local Government Association (Salga) – Associação de Governos Locais da África do Sul – Reuben Baatjies
- Foto 28 – Prefeito de Congonhinhas (PR), Luciano Mehry
- Foto 29 – Prefeito de Chã Grande (PE), Diogo Alexandre Neto, acompanhado do secretário de administração de Pombos (PE), Filogônio Oliveira
- Foto 30 – Membros da diretoria da Associação dos Municípios da Região Serrana de Santa Catarina (Amures)

Turismo

Seu Município é um polo de Turismo?

Se o seu Município possui riquezas naturais, festas religiosas, diversidade cultural ou artesanal, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) sugere o desenvolvimento do Turismo. A Confederação destaca: ao estruturar o setor e investir nas potencialidades locais, a gestão municipal promove a movimentação da economia, a geração de empregos e a inclusão social.

Com o considerável aumento registrado no setor turístico em 2009, a entidade não só incentiva os gestores a investirem em políticas e ações na área como também pontua algumas orientações que podem ajudar o Município a estruturar o departamento e a iniciar projetos que busquem recursos para o financiamento de políticas públicas municipais voltadas para a área.

A intenção é esclarecer dúvidas dos gestores municipais. Entre elas, por exemplo, os diversos seguimentos que podem ser desenvolvidos como potencial turístico que são: Aventura, Cultural,



Banco de Imagens do Ministério do Turismo

Ecoturismo, Esportes, Estudos e Intercâmbio, Náutico, Negócios e Eventos, Pesca, Religioso, Rural, Saúde e de Sol e Praia.

Para identificar as áreas que o Município pode desenvolver como polo turístico, a CNM

recomenda um mapeamento das potencialidades, a importância da inserção em nível local, regional, estadual, nacional e internacional. Esta primeira ação pode evitar prejuízos ao Município por consequência de investimentos errôneos.

Como estruturar a área de Turismo no Município?

Inicialmente, inserir o Turismo no plano de administração como uma fonte de desenvolvimento econômico e social. Designar uma equipe com capacidade para desenvolver projetos, buscar parcerias de médio e longo prazo e captar recursos junto às iniciativas privada e pública, para fomentar as atividades do setor.

O que é um "produto" turístico?

Basicamente tudo que atrai a atenção das pessoas de diversas localidades a conhecerem a região. Este produto turístico pode ser: atividades esportivas, eventos comerciais, gastronomia e vinhos, paisagens, patrimônio histórico, peças artesanais, riquezas naturais, teatrais, musicais, praias, e saúde e bem estar.

O que a prefeitura precisa ter para começar a explorar a área turística?

Além dos atrativos, o Município deve ter uma boa infraestrutura para receber e atender os visitantes com conforto e segurança. Os principais aspectos da estrutura são: boa hospedagem, facilita-

de de acesso e boas estradas, trilhas, saneamento básico adequado, disponibilidade de atendimento médico, eficiente meios de comunicação e disponibilidade de bancos.

É importante implantar o Conselho de Turismo no Município?

Os conselhos são formados por representação de diversos setores da sociedade civil e pública e podem auxiliar na formulação de políticas públicas de turismo da administração local, entre outras atividades.

Quais são os benefícios de investir nesta área?

Além de promover a geração de empregos, movimentar a economia local e favorecer a inclusão social; o investimento na área proporciona melhor da qualidade de vida para população local; dinamiza a atividade econômica, estimula o desenvolvimento de diversas atividades econômicas e cultural na região; valoriza o patrimônio histórico-cultural; promove o desenvolvimento de mão de obra qualificada e especializada; atrai investimentos para Saneamento Básico e Saúde e motiva a divulgação do Município em nível local, regional, estadual e nacional

Agricultura

Mesmo com falta de recursos, mais de 3 mil Municípios investem em Assistência Rural

A Assistência Técnica Rural (Ater) é uma realidade em mais de três mil Municípios, de acordo com levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM). As informações da pesquisa demonstram que prefeituras de todo o País buscam ações que promovam o desenvolvimento da Agricultura. Por representar a principal base da economia de mais de quatro mil, dos 5.563 Municípios brasileiros, a CNM fez o levantamento inédito.

De dezembro de 2009 a fevereiro de 2010, a CNM entrevistou 3.698 Municípios – que representa 66% do total – para colher informações sobre a atual situação da área na administração municipal. Dos contatados, 2.671 garantiram que as atividades da secretaria estão ativas. Além dessas informações, a pesquisa mostra a estrutura do setor na administração municipal.

Um dos pilares de sustentação da renda na maioria dos Municípios e, conseqüentemente, uma das principais atividades que movimenta a economia brasileira, o desenvolvimento agrícola e agrário é uma responsabilidade comum dos entes – União, Estados e Municípios. No entanto, essa responsabilidade é vivenciada com maior intensidade na prefeitura. Realidade sempre lembrada pelo presidente da CNM Paulo Ziulkoski, nos encontros com parlamentares no Congresso Nacional e com o governo federal. “É na prefeitura que a população bate em busca de benefícios e soluções”, pondera.

Na área rural não é diferente, avalia Ziulkoski, com base na informação de que 3.320 Municípios do total de entrevistados na pesquisa disponibilizam Assistência Técnica Rural (Ater) aos agricultores. Em 28% dos Municípios, essa assistência é financiada por recursos próprios (a CNM esclarece o que é a Assistência Técnica Rural no box abaixo).

As dificuldades

O principal problema enfrentado pelos Municípios também é comum, de acordo com os relatos feitos: falta de recursos para investir no setor. Não há muito dinheiro para desenvolver projetos, para modernizar os equipamentos e para impulsionar as potencialidades locais. Por reconhecer a realidade vivida na maioria dos Municípios, a CNM reivindicou durante anos a possibilidade de o Imposto Territorial Rural ser repassado integralmente aos Municípios.

A municipalização do ITR é uma conquista do Movimento Municipalista. Durante anos, essa reivindicação esteve incluída na pauta da *Marcha* e, em 2009, o governo atendeu ao pedido dos Municípios e viabilizou por meio de um convênio que estes gestores recolhessem 100% da verba. E essa foi uma das diversas conquistas obtidas com as *Marchas* – que reúnem milhares de prefeitos em Brasília. Ziulkoski reafirma que a participação dos prefeitos é fundamental para que o movimento avance em conquista e melhorias para os Municípios.



Eduardo Aigner/MDA

Assistência reconhecida

Se no seu Município a Ater é financiada com recursos próprios, ou se essa assistência ainda não foi implantada, a CNM chama a atenção para a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural sancionada em janeiro deste ano. A Lei 12.188/2010 institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). E prevê:

- a assistência, de caráter continuado, no meio rural, que promova processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais;
- os princípios e os objetivos dos serviços de Ater e cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater); e
- a contratação de serviços de forma contínua, com pagamento por atividade mediante a comprovação da prestação dos serviços.

Para viabilizar a atividade continuada, está programado no orçamento deste ano um investimento de R\$ 626 milhões. Recurso que será disponibilizado por meio de chamadas públicas. Assim, para conquistar o financiamento da Ater do Município, a CNM aconselha o gestor a ficar atento nas próximas orientações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O que é produzido

Além disso, o levantamento também disponibilizou outra informação importante sobre os produtos agrícolas/agropecuários mais produzidos nos Municípios. Em 2.608 Municípios – 70% dos entrevistados –, a produção de milho é o forte. Seguida da criação de suínos, equinos e bovinos que está presente em 1.900 e a plantação de feijão e de frutas e hortaliças em 1.846 e 1.462 dos entrevistados. (veja na próxima página outros produtos que se destacam)



Banco de Imagens/MDA



Tamires Kopp/MDA

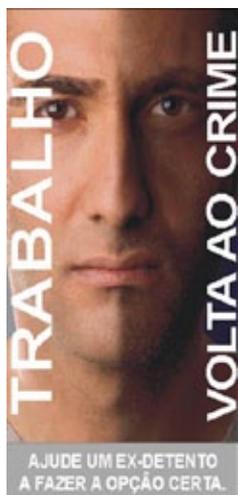
Os principais produtos agrícolas/agropecuários produzidos nos Municípios

Milho	2.608	70,52%
Criação de suíno, equino ou bovino	1.900	51,38%
Feijão	1.846	49,92%
Frutas e hortaliças	1.462	39,53%
Soja	998	26,99%
Arroz	982	26,55%
Cana-de-açúcar	821	22,20%
Café	493	13,33%
Trigo	372	10,06%
Algodão	170	4,60%
Atividade extrativista mineral	145	3,92%
Borracha	63	1,70%
Outros	2.253	
Não respondeu	34	
Nenhum	15	

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): Para levar aos agricultores uma assistência técnica especializada, o gestor contrata uma equipe que atenda aos produtores. Na prática, são ações como: planejar a propriedade, decidir o processo produtivo, garantir a qualidade dentro dos princípios agroecológicos. A agricultura desenvolvida com a preocupação na preservação dos recursos naturais – do solo, dos recursos hídricos, da vida silvestre e dos ecossistemas naturais – e, ao mesmo tempo, preocupada com a segurança alimentar é denominada Agroecologia.

Oportunidade

CNM apoia o projeto Começar de Novo do CNJ



O ex-detento cumpre pena, ganha a liberdade, mas não consegue emprego e aceitação na sociedade. Em muitos casos, é vítima do preconceito, volta a praticar crimes e aumenta ainda mais as estatísticas de violência nos Municípios. Mas essa história, conhecida por muitos gestores municipais, pode ganhar um final diferente a partir de agora, pois a Confederação Nacional de Municípios (CNM) tornou-se uma das parceiras do projeto *Começar de Novo*.

Idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o trabalho pretende reinserir presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas à sociedade. Além deles, adolescentes em conflito com a lei receberão incentivo ao trabalho e à profissionalização. O programa também pretende criar uma campanha de mobilização e uma rede de cidadania a favor da ressocialização dos egressos.

De acordo com o CNJ, a CNM foi convidada para firmar a parceria porque

é uma das principais representantes do Poder Público Municipal. Com suas ferramentas de divulgação e a credibilidade conquistada ao longo de anos de trabalho, a entidade pode levar aos prefeitos a mensagem de como é importante oferecer essa oportunidade e apoiar o *Começar de Novo*.

Números alarmantes – Mais uma prova de que os Municípios precisam trabalhar pela recuperação do sistema carcerário no Brasil. Dados do Ministério da Justiça apontam que, em dezembro de 2009, 473.626 detentos estavam presos no País: 56% condenados e 44% presos provisoriamente. E outra estatística vergonhosa: mais de 56 mil pessoas estão detidas em delegacias. Os números colocam o Brasil em quarto lugar no *ranking* de países com maior população carcerária do mundo.

Diante desse quadro, o CNJ desenvolve mutirões carcerários nos Estados para avaliar a situação dos presidiários. Entre os benefícios concedidos, por exemplo, os juízes liberam presos que estiverem em condições legais. Até o final de março, mais de 20 mil alvarás de soltura foram concedidos. E são esses “novos” cidadãos os que mais precisam de uma oportunidade.

“Como resultado dessas ações, teremos Municípios mais seguros em todo o Brasil. Essa é a meta da CNM”, destaca o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

serviços CNM

Confira os prazos de adesão a convênios, programas, editais e eventos de interesse municipal:

Desenvolvimento Social

- Prorrogado: o programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) de Assistência Social na escola receberá cadastro de informações de gestores municipais até 30 de abril.
- Os Municípios devem enviar ao Ministério da Educação, até 30 de maio, a frequência escolar, referente aos meses de abril e maio, dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

Internacional

- Os prefeitos de todo o País podem participar do *I Fórum Lusófono de Turismo e Empresas Prestadoras de Serviços aos Municípios*. O evento será no Rio de Janeiro (RJ) nos dias 6 a 8 de maio. As inscrições devem ser feitas pelo *site* www.forumlusofono.sal.
- Outro evento em que os prefeitos também poderão participar é a *VIII Conferência Internacional Uim – União Iberoamericana de Municipalistas*. O evento será em Toluca no México no período de 19 a 23 de abril. As inscrições devem ser feitas pelo *site* www.uimunicipalistas.org/conferencia

Finanças

- Último prazo para prestação de contas do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – 2009 (Siops), estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) art. 51, termina dia 30 de abril.
- Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope): dados sobre os investimentos municipais em educação de 2009 devem ser preenchidos no Siope até o dia 30 de abril.

Desenvolvimento Urbano

- Inscrição da *Oficina de Regularização Fundiária do Programa Habitar Brasil* termina dia 28 de abril.

Previdência

- O chamado período passivo de estoque da Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência Social está em vigor até 31 de maio.